

Identidade Suyá

ANTHONY SEEGER

Falarei brevemente sobre uma questão que me preocupa por suas implicações nas análises das sociedades indígenas no Brasil e também em nossas discussões sobre política indígena. A questão é a maneira pela qual os grupos indígenas se identificam e como nós os identificamos: em suma, os defeitos do nosso conceito de *tribo*. Minha intenção não é substituir uma terminologia de senso comum, embora que inadequada, por um sistema de neologismos ou sociologismos, mas, simplesmente, alertar para certas armadilhas envolvidas em nosso uso de "tribo". Os antropólogos acabaram de convencer o público de que o "índio" genérico não existe; agora vamos complicar a situação ainda mais.

O que quer dizer ser "um Nambiquara", um "Tikuna", ou um "Suyá"? Esses nomes não são os que eles usam para se identificar. Na definição tradicional de "tribo" temos:

1. "Um grupo de pessoas formando uma comunidade e se dizendo descendentes de um ancestral comum" (*Oxford English Dictionary*, definição N.º 1).
2. "O uso moderno do termo sugere que sociedades tribais são tipicamente grupos de pequena escala que mostram alguma forma de unidade cultural, e cujos membros reconhecem alguma forma de relacionamento entre si. A tribo é especialmente a unidade que se reúne no caso de guerra." (Hunger & Whitten, *Encyclopedia of Anthropology*).

Inadequado para distinguir os "Nuer" dos "Dinka", o uso do conceito de tribo na África tem sido amplamente criticado por representar estaticamente uma situação processual de identificação étnica. No Brasil, a pequena densidade populacional, a multiplicidade de grupos lingüísticos, o isolamento das comu-

nidades entre si e as tradições de guerra fazem com que usemos ainda o conceito de tribo, onde na África se usaria "grupo étnico". Mas a definição do que é uma tribo é geralmente baseada em distinções pouco claras baseadas em observações durante um curto período após o contato com uma frente de expansão. Definir os Suyá como uma tribo, ou os Xavante, ou os Nambiquara, pressupõe o que deveria vir somente como resultado de análise: qual é, ou quais são, a(s) unidade(s) política(s) mais importante(s)? Para entender os "Nambiquara" é fundamental conhecer os grupos locais e as suas relações entre si; para falar sobre os "Suyá" deve-se levar em conta um sistema mais abrangente dos índios do Alto Xingu, os inimigos do passado e os vizinhos de hoje. A diferenciação dos grupos locais continua entre os Nambiquara, Pareci e outros, incluindo a maneira como eles interagem com a sociedade nacional e também como outros grupos indígenas exercem influência.

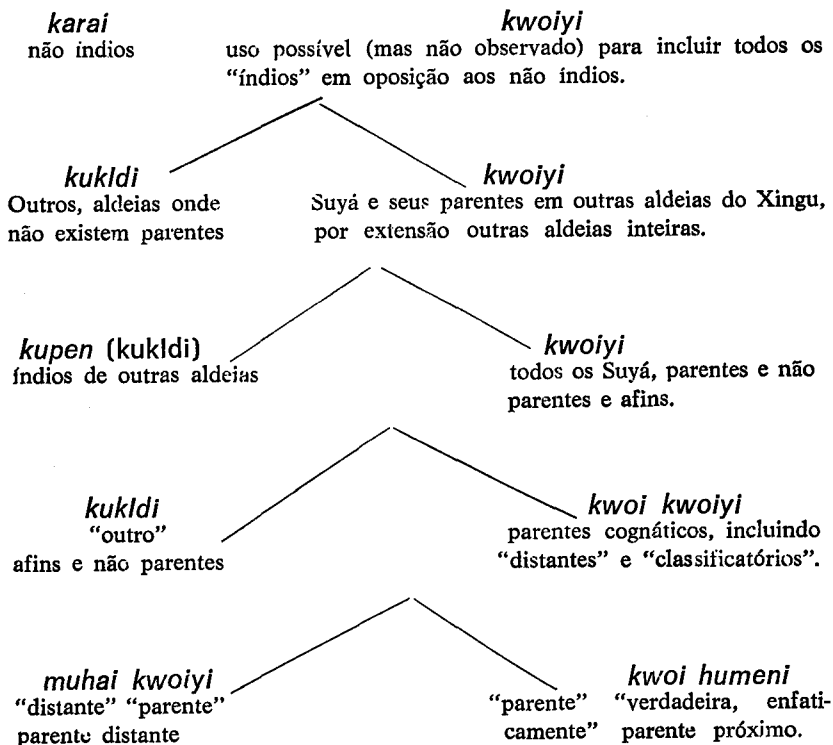
Se em vez de "tribo" usarmos "grupos étnicos", problematizamos a questão de relações entre grupos locais e postulamos — mas não definimos — um tipo de sistema de interação num nível mais abrangente. Isso evita o isolamento de grupos que falam línguas diferentes, mas interagem em várias modalidades e admite a possibilidade de que um contato muito ocasional é suficiente para formar um sistema de interação entre grupos que estão longe um do outro no espaço. Igualmente importante, possibilita nossa apreciação da maneira pela qual um grupo se identifica em termos da situação em que se encontra, o que me parece fundamental para entender a política indígena em qualquer nível.

Como é o meu costume, vou me referir aos índios Suyá, que sempre me ajudam a pensar sobre as questões mais gerais da etnologia brasileira, mas poderia usar os dados de muitos outros pesquisadores. No trabalho publicado no Anuário Antropológico 1978 sobre identidade étnica e os Suyá, notei que o objeto da minha pesquisa entre os Suyá enfatizava a parte Jê das suas atividades e que a própria identidade do grupo mudou várias vezes desde a sua introdução no Alto Xingu no século passado. Argumentei que a identidade étnica dos Suyá é um processo, não um estado, e que este processo poderia se tornar bastante complexo, havendo modificações na conjuntura em que o grupo se insere. Este trabalho representou uma tentativa de repensar minha própria atitude diante (e junto) dos Suyá de 1970 a 1978.

Aqui quero mostrar como a identidade dos Suyá num dado momento tem vários níveis de inclusão e exclusão e usa princípios de diferenciação que são em si mesmos importantes. Na

vida social, uma distinção fundamental para os Suyá é aquela entre “nós” e “os outros”. Esta tem expressão no contraste entre *kwoiyi* (nós, parentes) e *kukldi* (outros). Estes termos têm cinco níveis de contraste, conforme a figura 1.

Figura 1: Níveis de contraste do termo *kwoiyi*



Se *kwoiyi* quer dizer parentes próximos (a base de uma facção, ou um grupo ligado por laços de substância) numa ocasião em que se deseja distinguir esses dos parentes “distantes” (de aliança política menos certa e para quem não se observa resguardo), numa outra ocasião o termo *kwoiyi* pode ser usado para designar todos os parentes em contraste com os afins e não parentes. Num outro contexto ainda, a palavra *kwoiyi* se refere à aldeia toda, parentes, afins e não parentes. O contraste neste caso seria com outras aldeias. Num nível mais geral, com relação aos grupos dos quais há descendentes

na aldeia Suyá, poder-se-ia referir aos grupos da região como *kwoiyi*, em oposição aos outros. Finalmente, poder-se-ia imaginar uma situação (embora nunca por mim observada) em que a palavra *kwoiyi* fosse usada para contrastar grupos indígenas com não índios. Este processo de crescente inclusão é comum na identidade étnica e não mereceria maiores comentários se não houvesse uma tendência por parte dos analistas, a se achar certos níveis mais "legítimos" do que outros. Por exemplo, já participei em várias conversas em que se questionava a validade de uma identidade étnica geral de "índio". Quando se estabelece um nível de identificação, não é necessário abandonar os níveis menos generalizantes. A definição de uma "nação indígena" é igualmente complexa. Adotando a definição de Ronald Cohen em seu trabalho "Ethnicity: Problem and Focus in Anthropology" (*Annual Review of Anthropology* volume 7), eu diria que

A etnicidade é, pois, um conjunto de identificadores culturais utilizados para colocar pessoas em grupos que expandem e contraem na relação inversa da escala de inclusão. Os limites étnicos não são necessariamente estáveis e duradouros, podendo ser múltiplos e incluir conjuntos justapostos de lealdades atribuídas que podem produzir identidades múltiplas (: 387).

Embora o estabelecimento das fronteiras seja um fato importante em si, a maneira como se definem os grupos é igualmente importante para uma análise dos grupos envolvidos. Um grupo define outros grupos de acordo com valores importantes por ele mantidos. Não é um simples contraste como entre P e B, mas está cheio de significado próprio. Alcida Ramos nos dá um exemplo dramático nos escritos do Padre Alcionílio Brüzzi Alves da Silva (*Hierarquia e Simbiose*, 1980 : 1-4), em que os valores implicitamente dados à sociedade européia já dariam uma investigação antropológica: ser diligente, honesto, sincero, esperto, lúcido, sensível, sensato, altruísta, etc. (: 3).

Os Suyá estabelecem os contrastes entre si e outros grupos pela ornamentação corporal (discos labial e auricular) e pelo canto chamado *akia*. Eles usam esses traços para se distinguir dos índios do alto Xingu e das vizinhanças. Mas também cantam canções de outros grupos e podem se referir à autenticidade de ser índio pelo uso ou não de urucu (traço comum a todos os grupos da região). Num dado momento um Suyá pode dizer que os Suyá são aqueles que usam esses ornamentos e cantam *akia*; num outro momento a mesma pessoa

pode dizer que “não existem mais Suyá todos são misturados” quando está pensando na incorporação em grande escala de indivíduos de outras comunidades indígenas durante os últimos cento e cinquenta anos (além de Waurá, Juruna, Iaruma, Manitsaua, Trumai e Kaiapó, que datam de épocas de guerra, há os Kayabi e outros depois de sua pacificação em 1959). A importância da aldeia para definir o cosmos e a tendência a incluir todos que estão na aldeia como parte do grupo é muito forte e, provavelmente, a referência mais importante atualmente, quando há apenas uma comunidade “Suyá”. Mas tanto nos conflitos faccionais quanto nas relações com outros grupos indígenas, pode-se ver operando outros princípios de distinção e identificação.

Metamorfose é um princípio importante na cosmologia Suyá. Um Suyá pode “virar branco”, ou não-índio. Isto é feito através do abandono de urucu e do uso de roupas. Igualmente, o uso de ornamentos Suyá transforma pessoas nascidas em outras sociedades. Pode-se mudar de identidade pela definição da situação, ou pela própria autotransformação.

Estes mesmos mecanismos de identificação e estabelecimento de identidade étnica funcionam em outras comunidades indígenas. A sua relação com hierarquia deve ser estabelecida, pois ela nem sempre existe. Os elementos escolhidos para diferenciação são bons indicadores de valores importantes da sociedade na sua própria percepção.

Para resumir a minha discussão, o meu ponto é simples. Existe uma tendência para se definir os grupos indígenas usando para isso a denominação de “tribo” ou nação. Isto nos leva a uma tendência a ignorar as relações entre grupos, que podem ser importantes embora ocasionais ou históricas e, igualmente, nos leva a uma visão estática da identidade étnica. Se os Suyá adotarem no futuro o termo *kwoiyi* para se referir às comunidades indígenas no Brasil este será o resultado de um novo contexto político em que este contraste entre “nós” e os “outros” poderá ser utilizado. Não levará, necessariamente, ao abandono dos outros níveis, nem da importância simbólica desses níveis. A pesquisa antropológica junto aos grupos indígenas precisa incluir uma investigação dos *princípios* de identificação e os vários níveis de inclusão em que esses princípios operam. Somente assim será possível uma apreciação da dinâmica da política indígena em todos os seus níveis e em todas as suas ramificações.